

VIOLÊNCIA ESCOLAR CONTRA OS PROFESSORES NA MODALIDADE EJA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE JAGUARÃO-RS: ESTUDO DE CASO¹

Jerson van der Laan²

Silvana Maria Gritti³

RESUMO:

Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de Curso e apresenta uma discussão acerca da problemática: violência na escola nos anos iniciais da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) no município de Jaguarão-RS. Foi realizado através da metodologia de estudo de caso que se deteve na análise de situações de violência protagonizadas por alunos em sala de aula. Constatamos a ocorrência de situações de violência que envolvem a relação/mediação professor aluno na sala de aula.

Palavras Chaves: Violência, Educação, Educação de Jovens e Adultos

Resumen:

Este artículo es resultado del trabajo de conclusión de curso y presenta una discusión acerca de la problemática violencia en la escuela en los años iniciales de la modalidad EJA (Educação de Jovens e Adultos) en el municipio de Jaguarão-RS. Fue realizado a través de la metodología de estudio de caso que se detuvo en los análisis de situaciones de violencia protagonizadas por alumnos en clases. Constatamos la ocurrencia de situaciones de violencia que envuelven la relación/mediación profesor alumno en salón de clases.

Palabras clave: Violencia, Educación, Educación de Jóvenes y Adultos.

INTRODUÇÃO

¹Artigo produzido como trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão/RS.

² Acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia, UNIPAMPA, Campus Jaguarão/RS.

³ Orientadora Adjunta na UNIPAMPA, Campus Jaguarão/RS.

Esta pesquisa de cunho qualitativo é um estudo de caso sobre o tema violência escolar nos anos iniciais na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Tem o objetivo de trazer à discussão manifestações de violência no contexto escolar que vitimizam educadores, ou seja, aqueles comportamentos apresentados pelos alunos em relação aos professores, que não desejados na relação que se estabelece, em sala de aula, entre professor e aluno. Este trabalho tem, portanto o propósito de problematizar a violência escolar que sofre o educador que trabalha nas séries iniciais ofertadas na modalidade EJA, no município de Jaguarão- RS.

Tendo como foco de análise os registros de violência provenientes da escola e que se encontram junto a Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão – SMED. Examinamos, criticamente os fundamentos legais, ou seja, do regimento jurídico dos servidores municipais que se encontra registrado na câmara de vereadores prescrito pela Lei 003/2003.

Ressalto que esta pesquisa originou-se dos questionamentos e dúvidas que emergiram da minha prática/experiência docente na realização de estágio nas séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos, oportunizada pelo curso de licenciatura em Pedagogia. Durante o desenvolvimento dessa prática presenciei alguns momentos em que os alunos tratavam os professores com apelidos pejorativos. Eu interpretava esta atitude como a demonstração de uma deterioração da imagem do profissional da área da educação perante a turma de alunos, pois estas manifestações ocorriam sem que eu percebesse alguma evidência em resposta a comportamentos do educador. Quero dizer, sem que o educador desse motivo para que os educandos, o tratasse dessa forma. Pois,

a escolarização repousa basicamente sobre interações cotidianas entre os professores e os alunos. Sem estas interações a escola não é nada mais que uma concha vazia. Mas essas interações não acontecem de qualquer forma: ao contrário, elas formam raízes e se estruturam no âmbito do processo de trabalho escolar e, principalmente, do trabalho dos professores sobre e com os alunos (TARDIF; LESSARD, 2008, p. 23).

Exatamente pela importância da relação, professor aluno no processo de ensinar e aprender é que entendi importante refletir o tema violência. As manifestações de violência também foram recorrentemente relatadas pelas gestoras da Escola em momentos e conversas informais. Conforme as gestoras a violência verbal contra os professores é observada com bastante frequência na escola.

A construção do trabalho

A metodologia está alicerçada na pesquisa qualitativa. Como instrumento metodológico utilizou-se a pesquisa documental descritiva e analítica e a revisão sistemática da literatura da temática em estudo. Segundo Caulley citado por Ludke e Menga (2011, p. 38), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”

Para Ludke e André (1986, p.38)

Embora pouco explorado não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Analisar os registros em andamento dos processos provenientes de violência escolar ocorridos na SMED de Jaguarão-RS e Examinar criticamente os fundamentos do Regimento Jurídico dos Servidores Municipais de Jaguarão-RS, da lei 003/2003, com o objetivo de identificar com esta ampara os servidores em situações de violência.

Este trabalho de pesquisa se fundamenta no Estudo de Caso. Com o propósito, no decorrer desta metodologia, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com o Secretário adjunto da Secretária Municipal da Educação. Na entrevista foram abordados casos de registros de violência contra professores. Segundo Goode e Hatt apud Menga e Ludke, 2011, p. 17).

o estudo de caso se destaca por construir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos e situações.

Nessa perspectiva é possível analisar os sujeitos em seus espaços de inserção e em consequência compreender o fenômeno estudado em sua totalidade, colocando-se numa visão mais adequada para compreender e explicar o procedimento do ser humano.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, tais

como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Esta pesquisa tem cunho qualitativo e abordagem de estudo de Caso, pois busquei o embasamento teórico, uma prévia conversa com quem viveu e vive este contexto escolar, possibilitou relatos, através da entrevista semi-estruturada, que evidenciou experiências de vida neste tema estudado que é a violência nos anos iniciais na modalidade da EJA aos professores das escolas do município de Jaguarão-RS. Neste propósito de pesquisar e refletir sobre os acontecimentos e registros sobre o tema proposto, o secretário adjunto da secretária da educação relatou-me sobre dois registros existentes.

O que é violência?

Arendt (2000) relaciona uma forma de violência que ela designa como estrutural com a violência social. Segundo a autora,

A violência estrutural apresenta-se como resultado de uma ideologia presente na sociedade, que impõe leis e regras para o controle social, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros, determinando as desigualdades e promovendo a exclusão de determinados grupos sociais. Dessa forma, a sociedade, por ser hierarquizada cultural, econômica e socialmente, determina exclusões e discriminações que se reproduzem no interior das escolas, de modo que se pode interpretar a violência aí presente também como resultado da violência social (ARENDR, 2000, p. 163).

Bispo e Lima no texto de 2014 em que discutem a violência do contexto escolar trazem a concepção de violência de Bordieu e Passeron, que são autores que se ocupam de discutir a violência simbólica. Esta violência, da qual estes autores falam relaciona-se com o exercício do poder. Por isso, discutir violência no interior da escola é importante buscar, nestes autores a compreensão de violência. Para eles,

existe um poder invisível, ignorado, todavia, um poder de construção da realidade, que é o “Poder Simbólico”. Os sistemas simbólicos são estruturas sistematizadas de produção simbólica, como a língua, a arte, a religião, etc. A função política é de impor ou legitimar a dominação, assegurando a dominação de uma classe sobre a

outra. O poder de violência simbólica é aquele que chega a impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua atuação. A violência simbólica pode ser identificada na escola através da imposição de uma cultura escolar própria à classe dominante, que serve para a reprodução para as estruturas de poder (p. 164).

Trazendo para o interior da escola buscamos Arroyo (2007) que nos alerta sobre a tendência de atribuímos de violência toda, qualquer atitude indisciplinar apresentada pelos alunos. Assim,

o conjunto de condutas indisciplinadas que sempre aconteceram nas escolas vem sendo interpretado e classificado como violências, a unificação de uma diversidade de condutas, bem como sua rotulação segregativa e discriminatória operam a favor de uma perpetuação de uma violência sistemática que reproduz seus impactos nos processos de desenvolvimento, humano, ético, cultural e na identidade dos sujeitos (ARROYO, 2007, p. 164).

Os autores Bispo e Lima (2014) buscam Zizek (2009) para definir e caracterizar as formas de manifestação da violência “no espaço social” que são as abaixo transcritas

“A primeira é a violência subjetiva: Seria a forma mais visível e designa a violência exercida por agentes sociais determinados, como indivíduos considerados malévolos, aparelhos repressivos disciplinados(Na teoria marxista, o aparelho (repressivo) de Estado compreende a administração, o exército, a polícia, os tribunais, a prisões, etc.... Repressivo porque o aparelho de Estado em questão funciona através da violência (física ou não, como a violência administrativa), pelo menos em situações limite), com uma outra visão sobre o aparelho repressivo ideológico que segue em análise de uma pesquisa para sua diferenciação (ocupam e desempenham um papel fundamental para a existência e reprodução do poder nas sociedades modernas: são decisivos para assegurar a dominação burguesa e a reprodução ampliada do capital através da manipulação da sociedade utilizando de ideologias enraizadas profundamente na educação, cultura e religião enquanto usa da força para manter o controle da população, assim consolidando o domínio das elites sobre as outras camadas sociais), e turbas fanáticas, passíveis de serem identificados como sujeitos do ato cometido. Nesse caso, a agressão ao outro ou as agressões mútuas são visíveis, normalmente por envolverem o uso de uma força que excedem determinados limites. Muitas vezes, essa é a única forma de

violência destacada na escola, pois é o que geralmente vira manchete, expondo as fragilidades das estruturas sociais para conter os ímpetos agressivos de seus agentes.⁴

“A segunda é a Violência Simbólica: Por sua vez, apresenta-se de forma mais sutil nas palavras, nomeações, classificações e formas de utilização da linguagem, não sabendo, muitas vezes reconhecida como violência, mas produzindo efeitos de forma mais insidiosa. Devido esse caráter de invisibilidade, o agente da violência também se torna mais difuso, o que dificulta a sua superação. Se, em muitas ocasiões, a escola é o lugar onde se podem planejar transformações positivas no uso social da linguagem, justamente por ser um lugar de transmissão e crítica da língua, em outras ocasiões, a própria dinâmica escolar pode reforçar, em suas práticas disciplinares e administrativas, a proliferação deste tipo de violência.

“A terceira é a violência objetiva ou Sistêmica: É sustentada pelos jogos de relações sociais, políticas e econômicas, podendo ser demarcada no próprio discurso como referida à sustentação de laços de dominação e exploração. Encontra-se geralmente arraigada nas instituições sociais e pode valer-se do poder econômico, político ou midiático para impor-se ou perpetua-se. A violência objetiva não deixa de lançar mão de diversos mecanismos de violência simbólica e, em muitas ocasiões, vai até a violência física direta contra determinados sujeitos, como parte das relações de dominação (p. 163).

Na análise do caso de violência ocorrida contra o professor da EJA, objeto de nossa pesquisa podemos dizer: que as diferentes formas de violência perpassam as relações que se estabelecem no interior da escola, ou melhor, na sala de aula, pois no caso estudado a manifestação deste fenômeno se deu na instituição escolar.

Nesse sentido, conforme Drawin (2011) “a palavra violência é utilizada para nomear condutas diversificadas e, em termos linguísticos, comporta múltiplas, possibilidades de significação” (p. 162). Ainda, este mesmo autor “destaca duas acepções distintas, a partir de uma raiz etimológica vinculada ao substantivo latino ‘*violentiae*’, que significa veemência, impetuosidade e força”.

Continuando a análise o autor diz que “nesse primeiro sentido, a significação não estaria restrita ao universo humano, mas as forças dos fenômenos físicos ou naturais.[...] Nesses casos, a violência juvenil, constantemente taxada de delinquência, precisa ser redimensionada e estudada em seus aspectos geradores de transformação” Para isso, entretanto, é preciso reconhecer a violência no laço social para além daquilo que costuma

⁴ Disponível em: WWW.pucpr.br/ ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado:** Nota sobre os Aparelhos ideológicos de Estado. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

aparecer destacando-se as nuances envolvidas nos jogos de poder das relações sociais” (DRAWIN, 2011, p. 161).

Destaca-se que o “termo empregado nessa pesquisa “Violência Escolar” fundamenta-se no conceito de “violência infanto-juvenil”, que se refere à classificação de condutas de um determinado coletivo de crianças, adolescentes ou jovens termo que os considera e segrega como coletivo” (ARROYO, 2007).

Ainda, Arroyo (2007, p.788), explica que:

O conjunto de condutas indisciplinadas que acontecem nas escolas passou a ser interpretado e classificado como violências, elevando a diversidade de condutas desviantes a essa condição e segregando aos alunos antes tidos como indisciplinados na categoria mais temida, segregadora e estigmatizaste como violentos.

Através destas reflexões, esse estudo tem como problemática apresentar; “Que modalidades de violência escolar sofre o educador que trabalha nas series iniciais na EJA, no município de Jaguarão-RS”?

Para alcançar uma educação democrática para os futuros cidadãos é necessário valorizar a importância do sujeito, sua participação e a sua bagagem cultural, de modo que se está se aproxime mais dos aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportamentais e emocionais da sociedade (IMBERNON, 2011, p.10-11).

A prática docente é um processo que se realiza na relação e mediação entre dois sujeitos que neste caso, são os professores e os alunos. Partindo deste pressuposto acredito que para que se concretize o ensino e a aprendizagem estas relações obrigatoriamente devem se caracterizar e fundamentar nos aspectos acima trazidos por Imbernon (2011) destacando as dimensões comunicativas, comportamentais e emocionais. Assim, é importante que no seu trabalho docente, o educador se ocupe também das dimensões comportamentais e emocionais dos seus educandos, no sentido de desenvolver atitudes e comportamentos que propiciem a estes reconhecerem-se sujeitos, conseqüentemente, possibilitando condições para condutas que o leve a um maior aproveitamento, no processo de ensino e aprendizagem.

A escola

A Escola Municipal Padre Pagliani foi a escola onde realizei meu estágio dos anos iniciais da Educação Básica, requisito obrigatório para a obtenção do título de Pedagogo, junto à Universidade Federal do Pampa- Jaguarão- UNIPAMPA. O prédio onde funciona a Escola é um prédio histórico que pertencia ao Padre Pagliane, que dá o nome à Escola. Hoje pertence à rede municipal de Jaguarão RS, está localizada na Praça Dr. Hermes Pinto Affonso nº 75 Centro com turno integral.

Para o enriquecimento desta pesquisa com a suma importância e relevância, de buscar na integra um pouco da história da escola em foco, teve sua origem, como parte das obras de seu patrono, o Padre Humberto Pagliani, nasceu em Modena na Itália, no dia 10 de Outubro de 1883. Em 1909, foi como Missionário para Begasi na África e como havia falta de médicos, começou a estudar medicina.

Já no Brasil, estive na escola agrícola (na estação da quinta) município de Rio Grande, onde, foi nomeado, pelo Bispo de Pelotas, vigário de Jaguarão, aqui chegando no ano de 1915 (MACHADO, 2015).

O patrono São José, uma das principais obras do Pe. Humberto Pagliani começou a ser realidade em 1924, quando na condição de vigário, assinou a escritura de doação do terreno por parte dos filhos do Sr. José Montanha. Imediatamente o Padre Pagliani, começou a angariar donativos entre os paroquianos o que possibilitou o início da construção. Em poucos meses a obra alguns estava concluída e o Patronato São José era uma realidade, tendo como alunos alguns meninos pobres sob a direção de algumas damas da cidade Sras. Pacheco. (Assinatura da escritura de doação por parte dos filhos do Sr. José Ignácio Montanha ao Padre Humberto Pagliani (MACHADO, 2015).

Equipe administrava é composta por uma Diretora, uma Vice diretora e uma Supervisora executa suas atividades na seguinte forma: com um revezamento em seus horários no turno manhã e tarde sendo que na parte da noite acumula função de vice diretora com a mesma educadora ao qual desempenha suas atividades a ela atribuídas o melhor possível.

A escola funciona em três turnos, manhã, tarde e noite. Tem um número de professores 7 e 4 funcionários. Quanto às dependências da escola, esta disponibiliza o número cinco salas de aula, uma de computador, pátio subdividido com quadra de esporte, dois banheiros um feminino e outro masculino, com azulejo nas paredes e pisos com lajotas cozinha, refeitório, sala dos professores, com um banheiro, secretária e uma biblioteca tudo muito organizado. Tem mais um pátio no fundo com uma praça e duas salas de aula para a pré- escola e banheiros. O total de alunos são 286, número de funcionários quarenta e dois.

A faixa etária de alunos a 5 a 67 anos, ou seja, atende alunos desde a pré-escola até a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No entorno da escola temos a Santa casa, Quartel, dois Laboratório de Análise clínica, uma Lan-house, padaria, Super Mercado, casa de lanche, uma praça, trailer, e uma escolinha de educação infantil Clube 24 de agosto e a Escola Pio XII.

No contexto das turmas, que frequentam a Escola, há uma ampla diversidade cultural e também de faixa etária entre os alunos. Em minhas atividades de docente-estagiário, observei ser recorrente, entre os alunos, comportamentos que não condiziam e não favoreciam o desenvolvimento com qualidade do processo de ensinar e aprender. Ou seja, entre si, uns provocavam os outros chamando-os por apelidos que desqualificavam desde ao aluno mais velho até mesmo ao professor.

No período de docente/estagiário registrei que um grupo de alunos parecia ter necessidade de impor sua presença em sala de aula e para o professor, que constrangiam os outros integrantes da sala, ou seja, causavam distração do foco do grande grupo que se envolvia e respondia as atividades propostas. Para aqueles alunos que não tinham interesse no contexto do que era colocado em sala de aula, comportavam-se colocando apelidos um nos outros e alguns destes alunos se aborreciam e se constrangiam alegando ao professor ou até mesmo na secretaria da escola que estavam sofrendo bulling. Alegavam que assim não podiam prestar atenção no que era ministrado pelo professor naquele momento.

Bullying x Violência

“Bullying” é uma palavra de origem inglesa, que foi adotada por diversos países para conceituar alguns comportamentos agressivos e antissociais e é um termo muito utilizado nos estudos realizados sobre a problemática da violência escolar, que afirma Fante (2005, p. 21), acontece de forma velada, por “meio de um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos, prolongada mente contra uma mesma vítima” e com grande poder destrutivo, pois fere a “área mais preciosa, íntima e inviolável da sensibilidade humana.

O bullying vem se disseminando nos últimos anos”, tendo como resultados os nefastos massacres, em escola localizadas nas mais diversas partes do mundo”, incluindo o Brasil. Convém ressaltar com um entendimento que o fenômeno chamado “Bullying”, em uma característica própria de uma violência que perpetua entre os indivíduos que vivem ou dividem o mesmo espaço numa categorização de mesmo nível de convivência, desde o ambiente pessoal, cultural e até mesmo profissional, se estiver uma diferença de contexto de

ambiente se caracteriza uma violência verbal ou física, deste modo de visualizar este fenômeno deixa claro uma diferença entre “Violência” e “Bullying”.

O bullying, segundo Pereira (2002), representa uma forma séria de comportamento antissocial que, pela sua duração, pode prejudicar o desenvolvimento da criança, tanto imediatamente como a longo prazo, e pode contribuir para o maior envolvimento dos “bullies activos” em comportamentos casuais. Constantini (2004) explica que o bullying não são conflitos normais ou brigas que ocorrem entre estudantes, mas “verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças, que, sistematicamente, com violência física e psicológica, são repetidamente impostos a indivíduos particularmente mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que leva no mais das vezes a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização” (p. 69). O bullying escolar segundo (GUARESCHI, 2008, p. 17):

Quando os alunos retiravam-se do espaço físico da sala de aula, para o intervalo, pré-estabelecido pela instituição e denominado de recreio, o comportamento dos alunos que se impacientavam e chamavam a atenção para si durante o tempo de aula, não se modificava. Podia-se ver nitidamente: corriam para quadra de forma desordenada, deliberadamente pegavam a bola de futebol de salão dos colegas não queriam saber se estavam usando ou não anteriormente, excluía alguns dos colegas do time.

Entre esses alunos, havia aquele que mais tinha liberdade de expressão com o grupo, era considerado o que mais tinha domínio com a bola, o mais extrovertido, aquele que debochava e colocava apelidos pejorativos em seus colegas e até mesmo nos professores.

Através de conversas em sala de aula pude também notar que os alunos que queriam distrair a atenção do grupo para que não tivesse sucesso. No decorrer do período com os conteúdos ministrados em sala de aula pelo professor, ficou nítido que estes alunos não tinham domínio sobre o assunto e sempre achavam uma maneira de atrapalhar a aula, para que não fosse ministrado todo o conteúdo que estava previsto naquele momento, usando de distrair o grupo colocando apelidos pejorativos, uns nos outros e alguns de seus colegas que estavam interessados no que o professor ministrava para que trouxesse uma bagagem de conhecimentos prévios, com uma interação mediada com o grupo nota-se que estes alunos que não tinham interesse na aula, de acordo com uma categorização do mesmo nível de aluno com aluno denomina-se o chamado fenômeno “Bullying”.

A exclusão social, e principalmente na infância e na juventude, é uma das causas que fazem com que prolifere a violência, pois uma vez excluídos do convívio social, os jovens não encontram alternativas, senão a violência uma forma de mostrarem que existem e que também, fazem parte o mesmo contexto social (FANTE, 2005, p. 170).

De acordo com Tardif (2002), instruir consiste em aprender e educar, coordenar os conhecimentos e os saberes docentes ao longo do tempo. Existe uma relevância nas experiências familiares e escolares antecedentes à formação inicial do docente. Essas aprendizagens são muito expressivas, pois o professor foi estudante por muitos anos, e nessa ocasião adquiriu crenças, representações e confiança sobre o que é ser professor.

Nesta perspectiva o autor propõe que os professores se apoderem dos saberes exclusivos que são mobilizados, utilizados e produzidos por eles no domínio de suas funções habituais. São os professores que ocupam, na escola, a posição primordial, pois são os principais atores e intercessores da cultura e da sabedoria escolar, sem que haja envolvimento físico ou verbal entre os envolvidos num determinado evento que é denominado Bulling.

Sobre os alunos

Sobre os alunos da escola pode-se dizer que, a partir da turma que observei e que realizei meu estágio, encontram-se alunos egressos da Casa de Passagem. Casa de Passagem denomina-se o espaço no qual são abrigadas temporariamente crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade, com desestruturação familiar, vítimas de violências das mais diversas naturezas e inclusive de abuso sexual dos pais contra os filhos, que são primeiramente encaminhados até o conselho tutelar e posteriormente encaminhados para serem cuidados, neste local assim conhecido como casa de passagem, porque assim que se resolvem os fatores que desencadeiam a violência contra as crianças e adolescentes, estes retornam a seus lares.

Trago isso para melhor entender as manifestações de comportamentos tidos como não desejáveis no espaço escolar e que também pode ter sido um dos fatores que os levou a cursar a EJA. Assim a faixa etária, destes, destoa dos outros alunos de acompanhamento regular do período do dia, levando-os a matricular-se na modalidade EJA, para seguir seus estudos.

O que tenho observado, durante o tempo de estágio é de que em sala de aula na maioria das vezes, estes alunos, apresentam comportamentos que acabam atrapalhando o desempenho dos outros alunos e até mesmo do professor. Externam seu inconformismo com a

situação e no decorrer do período da aula estes alunos deixam claro que não querem estudar, pois estão ali obrigados por ordem judicial. Então, na maioria das vezes, estes os alunos, colocam apelidos nos professores, nos funcionários da escola e na direção. Estes comportamentos atrapalham o contexto da turma, da escola, às vezes usam palavras ofensivas um com os outros que se podem caracterizar como um comportamento de violência em relação aos demais sujeitos que convivem e se relacionam na escola.

Atualmente, estes comportamentos são caracterizados como “bullying, ou seja, conforme vários autores definem que com o poder das palavras pode-se caracterizar uma violência verbal sem que ocorra uma maior agressão que pode ser ocorrida neste contexto escolar com a devida intervenção do professor encaminhando este indivíduo na direção da escola para registrar a ocorrência ou uma prévia conversa para que possa se levantar os autos do fato ocorrido neste contexto da escola.

Pois, no trabalho docente é dever do educador respeitar a cultura, os saberes do educando, as ideias dos outros. O educador deve também aceitar as diferenças, o modo de ser e de agir das outras pessoas e tentar conscientizá-las de sua importância independente de quem quer que ela seja, somos feitos da mesma massa e assim devemos valorizar cada cultura e cada um como ser especial e único que é (IMBERNON, 2010).

A Lei nº 9394/96 (BRASIL, 96), em seu artigo 38º, determina que, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e Médio, a idade seja de 15 a 18 anos. E de acordo com a deliberação nº 088/00, do CEE-PR, o ingresso na EJA se dá aos 14 anos para o Ensino Fundamental e aos 17 anos para o Ensino Médio. Esta faixa etária exige várias alterações frente a essas mudanças, passa a exigir também a um ensino voltado para um campo da pesquisa e ao trabalho criativo.

A violência contra os professores da EJA.

Com o passar dos tempos em nossa sociedade, percebemos o quanto ainda precisamos avançar na qualificação da educação, especialmente aquela destinada aos sujeitos submetidos a situações de violência e vulnerabilidade social. Aliado a isso, vivemos num ciclo da “modernidade” onde o professor sofre uma desvalorização, por parte das autoridades competentes, como é o caso do nosso Estado do Rio Grande do Sul, que sequer paga integralmente o salário dos professores.

Entendo que esta situação implica, inclusive no seu processo de formação que desestimula este profissional que busca uma melhor qualidade e uma boa formação e também

aquisição do conhecimento científico, para poder transmitir o melhor possível os conhecimentos adquiridos para facilitar ao máximo a aprendizagem dos indivíduos numa sala de aula, com qualidade e interação onde se faz uma mediação juntamente com o grupo.

Na maioria das vezes tendo que agregar de custear suas próprias despesas em materiais didáticos, a fim de proporcionar aulas ministradas de forma, em que o aluno se sinta atraído, e queira aprender os conhecimentos, os quais o professor se empenha para oferecer de forma reflexiva.

No entanto, muitas vezes os próprios alunos não estão envolvidos com as atividades propostas pelo professor e podem ocorrer alguns desvios de conduta no interior da sala de aula atrapalhando o contexto geral do grupo que quer aprender e partindo do princípio de intervenção do professor que busca sempre o domínio de classe que nem todos entendem. Isso gera na maioria das vezes desencontro de palavras ou até mesmo um desentendimento, em sala de aula.

Muitas vezes o professor é forçado a tomar medidas mais drásticas, uma das quais, e bastante comum, é a de retirar o aluno do espaço da sala de aula e encaminhar a direção da escola. Aqui, nesta situação que acontece com bastante frequência na escola, podemos dizer que se manifestam os tipos de violência simbólica e objetiva caracterizadas por Sizek (2009).

Violência na escola: o relato

Com o propósito de pesquisar e refletir sobre os acontecimentos e registros sobre o tema proposto, o secretário adjunto da secretária da educação, relatou-me sobre dois registros existentes de casos que ocorreram na escola. Estes casos, conforme o secretário, primeiramente foram levados ao conhecimento da direção e não foram resolvidos na escola, dada a sua dimensão, pois ultrapassou a gravidade dos fatos corriqueiros de desentendimentos. Então, foram levados o conhecimento da autoridade municipal, uma vez que a Lei 003/2003 que institui o Regime Estatutário e Regime Jurídico dos Servidores do Município de Jaguarão dá amparo e propõe este encaminhamento quando servidores públicos municipais, no exercício de seu dever são vitimados.

Esta Lei prevê a constituição de uma comissão estruturada pela secretaria de educação com o objetivo de resolver e/ou encaminhar os casos de violência que, envolvam os servidores públicos municipais.

Ficam a cargo desta comissão os levantamentos dos fatos, de violência, levados ao seu conhecimento, a qual é responsável pelos encaminhamentos e desdobramentos de solução. A

compreensão de que uma violência física é mais facilmente detectada e portanto, na maioria das vezes é mais fácil de “julgar”, por deixar as marcas em evidencia, ao contrário da violência verbal que na maioria das vezes passa despercebida, pois basta uma das partes alegar que foi um “mal-entendido” e o caso fica caracterizado por ser um desencontro de palavras. Ou seja, uma das partes diz que não quis ofender a outra parte.

Quando este tipo de incidente ocorre entre pares, no caso entre alunos, muitos autores que discutem violência dizem e caracterizam estes “incidentes” como *Bulling* que em nossa sociedade se caracteriza com uma violência discriminatória de gênero, cultural e social. Mas, segundo os relatos do secretário um dos registros foi que um servidor desta instituição escolar, num determinado período de suas atividades agrediu um aluno do turno da noite na modalidade EJA, dentro do espaço físico mais conhecido por refeitório. O outro caso foi com o aluno contra o professor. O aluno disse ter sido agredido por uma forma de violência verbal, pelo professor, quando o mesmo professor disse ao aluno que ele deveria estudar mais para poder acompanhar o contexto da turma que estava mais adiantada. O aluno interpretou, a observação do professor como uma agressão. Entendeu que o professor estava chamando-o de “Burro”, ofendeu-se retrucou/contestou o professor usando palavras de baixo calão.

Neste caso, cada uma das partes defendeu seu ponto de vista situação que foi registrada na direção da escola, onde o aluno reiterou que se sentiu humilhado por ser chamado de burro. O professor por sua vez ressalta argumentos a seu favor e na defesa de um mal entendido alegando que estava comentando com seus alunos que deveriam estudar mais para que todos pudessem ter o devido conhecimento sendo que uns estavam mais adiantados que os outros no contexto em sala de aula.

Nesta comissão, mencionada pelo secretário anteriormente no início de nossa entrevista, que tem a responsabilidade de analisar o teor das agressões e se for necessário encaminhar para um processo na justiça civil. Este encaminhamento está previsto na Lei que trata dos servidores públicos municipais do município de Jaguarão.

A LEI

Dentre os tópicos analisados no contexto da lei, ao qual, fui buscar informações diretamente na Câmara Municipal de Vereadores, onde está discriminado com clareza no texto original, que prescreve na seção IV, do processo administrativo disciplinar.

Art.. 170°. O processo administrativo disciplinar será conduzido por uma comissão de três servidores estáveis, designada pela autoridade competente que indica dentre eles o seu presidente, pelo procurador ou sob procurador jurídico do município.

Parágrafo único. A comissão terá como secretário, servidor designado pelo presidente, podendo a designação realização em um dos seus membros.

Artg. 171° A comissão processante, sempre que necessário e expressamente determinado no ato de designação, dedicará todo tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissão, em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

Artg. 172° O processo administrativo será contraditório, assegurada ampla defesa ao acusado, com a utilização dos meios e recursos administrativos em direito.

Artg 173° Quando o processo administrativo disciplinar resultar de uma sindicância, o relatório desta integrará aos autos, como pela informativa da instituição.

Parágrafo único. Na hipótese do relatório de sindicância concluir pela prática de crime, a autoridade competente oficializa ao ministério público, remeterá cópia dos autos, independentemente da imediata instrução do processo administrativo disciplinar.

Artg. 174° O prazo para a conclusão do processo não excederá mais de sessenta dias (60 dias), contados da data do auto que construir a comissão administrativa, a prorrogação por mais trinta dias (30 dias), quando às circunstâncias o exigirem, mediante autorização da autoridade de que determinou a sua instauração.

Artg. 180° A comissão proverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando coletas de provas, quando necessário, os técnicos e peritos de modo a permitir a coleta elucidação dos fatos.

Artg. 181° O indiciado tem o direito de, pessoalmente ou por intermédio de procurador, assistir aos autos probatórios que se realizarem perante a comissão, requerendo as medidas que julgar convenientes.

1° O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

2° Será indeferido o pedido de prova parcial, quando a comprovação do fato independer do conhecimento especial do perito.

Artg. 182º As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado, expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do intimado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único – Se a testemunha for o servidor público, a exposição do mandado expedido pelo presidente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indução do dia, hora e locais para a inquirição.

Artg.187 A comissão ficará a disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar esclarecimentos ou providências jurídicas julgar necessária (JAGUARÃO, 2003).

Embora o Secretário Adjunto, tenha relatado ter conhecimento de outro caso de violência considerado grave, portanto, não resolvido na escola e provocado a constituição da Comissão, apenas trago no sentido de mostrar que a violência no interior da escola não é um fenômeno tão esporádico, pelo contrário recorrente.

Conforme este documento que traz no projeto lei 052/03, às comissões de apuração dos processos disciplinares ou especiais, são nomeadas por portaria, de acordo com cada caso, que pode ou não trocar os integrantes. Não havendo um documento específico lavrado em ata desta comissão que é nomeado com a necessidade de levantamento dos autos tanto na área disciplinar ou investigação interna dos servidores, a simples verificação.

Art. 180º A comissão proverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando coletas de provas, quando necessário, os técnicos e peritos de modo a permitir a coleta e elucidação dos fatos.

No final do levantamento dos fatos, a Comissão produz um relatório onde detalhadamente consta todo o processo, as indicações previstas na lei, as conclusões da Comissão dizendo se os fatos apurados evidenciam ou não a prática de violência. A partir deste momento ocorre os encaminhamentos, desta averiguação, que pode inclusive ser levado ao órgão do judiciário, ministério público dependendo da gravidade do fato ao qual o processo se refere.

Considerações Finais:

Conclui-se que os objetivos abordados neste estudo contribuíram para a discussão da violência que se faz presente no interior da escola. Esta pesquisa também evidenciou que no âmbito municipal há uma legislação que se ocupa desta questão violência, ou seja, os servidores municipais, no caso específico, os professores, dispõem de apoio e respaldo legal que auxiliam o encaminhamento destas questões.

Dessa forma, a reflexão que realizei, no decorrer deste estudo indica que a violência se faz presente nos processos de mediação professor/aluno. No caso objeto de análise deste trabalho entendemos que a ocorrência da violência tem múltiplos fatores e que, portanto, não se limitam ao interior da escola.

Acredito que, com o passar dos tempos e os avanços na área da educação, potencializa-se mais a valorização dos educadores por parte dos educandos, pois ali estão para mediar a produção de conhecimentos. Assim no âmbito escolar deve-se ter como base o respeito de ambas às partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, para que esta tenha qualidade. Parto do princípio de que é o educador, no decorrer de sua profissão que contribui no processo formativo. Forma todas às outras áreas e profissões delimitadas por educadores.

No entanto, muitas vezes deixa-se de falar, amizade, do respeito, da ética, de valores, da alegria, do humor, do risco e de diversos sentimentos que fazem parte da formação humana como um todo. De acordo com Tardif (2002), instruir consiste em aprender e educar, coordenar os conhecimentos e os saberes docentes ao longo do tempo. Existe uma relevância nas experiências familiares e escolares antecedentes à formação inicial do docente. Essas aprendizagens são muito expressivas, pois o professor foi estudante por muitos anos, e nessa ocasião adquiriu crenças, representações e confiança sobre o que é ser professor.

Para alcançar uma educação democrática para os futuros cidadãos é necessário valorizar a importância do sujeito, sua participação e a sua bagagem cultural, de modo que se está se aproxime mais dos aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportais e emocionais da sociedade (IMBERNON, 2011, p.10-11). A gestão escolar e educadores devem focalizar em atividades e estratégias, contra a violência na escola. Os traumas psicológicos são na maioria das vezes irreversíveis, pois, deixam cicatrizes maiores que as dores físicas sofridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDRT, H. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ARROYO, M. G. **Quando a violência infanto-juvenil indaga a Pedagogia**. Revista educação e sociedade, campinas, v.28, n.100, p. 787-807, Maio/ Ago.2007; Disponível no site: WWW.pucpr.br/.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: Nota sobre os Aparelhos ideológicos de Estado. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de estado**. Lisboa: Presença 1970.

BEJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de Bárbarie: escritos escolhidos**. Seleção e apresentação Willi Bolle; trad. Celeste H. M. Ribeiro de Souza *et al.* São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BORDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria de ensino**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

DRAWIN, C. R. O paradoxo antropológico da violência. In: ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. de O. (Orgs.). **Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica**. Barbacena: EdUEMG, 2011. p.12-32.

FANTE, C. **Bullying: o fenômeno hoje**. Disponível em: Acesso em: 18 de março de 2009, às 20:00 horas.

_____. **O Fenômeno Bullying e as suas Consequências Psicológicas**. Disponível em: <www.psicologia.org.br/internacional/pscl84.htm> Acesso em: 18 de Mar. de 2009, às 20:30 horas.

_____. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas, São Paulo: Versus, 2005.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia de Pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GUARESCHI, A. P. SILVA, M. R. da. (Coord.) **Bullying Mais Sério do que se imagina**. 2ª ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2008.

IMBERNÓN. Francisco –**Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**.9. Ed, São Paulo: Cortes, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 14).

JAGUARÃO, **Regimento jurídico dos servidores Lei 003 Câmara dos Vereadores lei complementar nº 03/2003**. Disponível em: <pmj.juri@focuspro.com.br> Acesso em 10 jan. 2017.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZIZEK, S. **Violência: seis notas à margem**: Lisboa: Relógio D' Água, 2009. p. 202.